

Lula e o golpe no Codefat (*)

Mais uma crise com toda a aparência de escândalo estoura no governo e mais uma vez o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva procura tirar o corpo, evitando intervir diretamente no problema e na sua solução. Desta vez a crise envolve o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, com patrimônio de R\$ 158 bilhões e orçamento de R\$ 43 bilhões para 2010, ano de eleições. O problema, como já expusemos aqui, surgiu quando o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, rompeu o acordo de rodízio e fez eleger para a chefia do Codefat, o Conselho Deliberativo do FAT, o presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese. Pela regra seguida até a manobra do ministro, a presidência caberia a uma pessoa indicada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Diante do golpe, os dirigentes da CNA e das Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio e das Instituições Financeiras decidiram abandonar o colegiado. Depois disso, encaminharam ao Palácio do Planalto um documento para confirmar e explicar sua decisão. O Presidente Lula enviou o texto para análise jurídica na Casa Civil e na Advocacia-Geral da União, mas, segundo seus auxiliares, seu envolvimento na questão não irá além disso. A solução do problema, acrescentam, continuará entregue ao ministro do Trabalho.

Mas o Presidente Lula não pode simplesmente fugir da responsabilidade. Se adotar essa política, aprovada implicitamente

qualquer deliberação do Ministro Carlos Lupi, a começar pela intervenção na escolha do presidente do Codefat, com o rompimento da regra de alternância. Os três grupos componentes do colegiado - representantes de trabalhadores, de empregadores e do governo - vinham seguindo sem problema a norma de alternância, até o surgimento de um ministro empenhado em controlar a aplicação dos bilhões do FAT.

Os três grupos se alternavam no comando do conselho e o rodízio era observado também entre as entidades de cada grupo. A presidência deveria agora caber a uma pessoa indicada pela CNA, mas o Ministro Carlos Lupi decidiu mudar a regra do jogo e manobrar a favor da eleição do representante da Confederação Nacional de Serviços. Essa confederação existe há pouco mais de sete meses. Foi reconhecida em dezembro de 2008 pelo Ministério do Trabalho e pouco depois incluída no Codefat.

Em março deste ano, Luigi Nese entregou ao ministro uma placa de agradecimento e atribuiu-lhe o título de patrono da CNS. O ministro soube responder à gentileza com rapidez ainda mais notável, facilitando a uma entidade recém-criada o acesso à presidência do Codefat. Se nada mudar, caberá ao presidente da CNS comandar nominalmente o colegiado responsável pela gestão de um patrimônio de R\$ 158 bilhões. Se exercer um comando de fato, e não só nominal, causará uma

“O Ministro Carlos Lupi já havia tentado assumir a presidência do Codefat, mas o presidente Lula não concordou e preferiu manter a gestão tripartite. Pelo menos naquele momento o chefe de governo demonstrou cautela diante das ambições de seu ministro”

EDITORIAL

↳ Lula e o golpe no codefat (*)

■ **Página 01 e 02**

EVENTOS

■ **Página 02**

PEQUENAS NOTAS

■ **Página 04**

FIQUE SABENDO

↳ Começa prazo para Declaração do ITR

↳ Ato Declaratório Ambiental - ADA 2009

↳ Senado discute estatuto do produtor

■ **Páginas 03 e 04**

NOTICIA DA CNA

↳ Kátia Abreu apresenta balanço de sua gestão na presidência da CNA

■ **Páginas 05**

ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 11/08/09

■ **Páginas 05 e 06**

Informativo Semanal



Nº 561

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

Coordenação e Elaboração: Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

Coordenador Geral do Agropacto: JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE
João Hélio Torres D'Ávila - UFC
Lucas Antonio de Sousa Leite - Embrapa Agroindústria Tropical
José Alves Teixeira - BNB
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal
Francisco Férrer Bezerra - FIEC
Gilson Gondim - C.S. Flores
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC
João Teixeira Júnior - UNIVALE
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite
Luiz Prata Girão - BETÂNIA
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE
Tom Prado - C.S. Frutucultura

Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: agropacto@faec.org.br

Site: www.agropacto-ce.org.br

Continuação

enorme surpresa, pois com certeza não foi eleito para isso.

O Ministro Carlos Lupi já havia tentado assumir a presidência do Codefat, mas o presidente Lula não concordou e preferiu manter a gestão tripartite. Pelo menos naquele momento o chefe de governo demonstrou cautela diante das ambições de seu ministro. Esse obstáculo não deve ter causado muito desconforto no Ministério do Trabalho, pelo menos até recentemente. Afinal, a presidência do Codefat era exercida por um representante da Força Sindical, Luiz Fernando Emediato. A Força é chefiada pelo deputado Paulo Pereira da Silva, companheiro de Lupi no PDT.

O próprio Lupi havia sido presidente do partido. Só renunciou à presidência depois de uma longa disputa com a Comissão de Ética do governo. Ele rejeitou a recomendação de abandonar a presidência do PDT enquanto comandasse o Ministério. Afrontou a comissão e provocou a renúncia de seu presidente, com a complacência de Lula. Só depois deixou o cargo partidário.

Com esse antecedente, é difícil levar a sério, agora, a decisão do presidente da República de não se envolver na crise do Codefat. Na prática, esse distanciamento pode ser simplesmente complacência, como na disputa de Carlos Lupi com a Comissão de Ética. Afinal, Lula está envolvido na campanha eleitoral há muito tempo. Tanto quanto Lupi, ele é capaz de avaliar o potencial de um orçamento de R\$ 43 bilhões, quando se trata de conquistar votos. Se esse for o caso, Lula só intervirá na crise do Codefat se o custo político da não-intervenção for considerado muito alto.

() Artigo publicado no jornal Estadão, de 10.08.2009*

Eventos

Seminário: Será realizado de 19 a 21 de agosto de 2009, no Centro de Convenções de Pernambuco o 17º AGRINORDESTE. O Seminário tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento do homem do campo, através da difusão prática de tecnologias, da intensificação de novas atividades, das relações comerciais de insumos e produtos e, principalmente, da identificação de oportunidades de mercado para o desenvolvimento da agropecuária pernambucana e nordestina. Informações sobre o Seminário no site: www.agrinordeste.com.br

Bienal: O Estado que mais produz soja, algodão e milho de segunda safra no Brasil vai discutir a rentabilidade da produção em um grande fórum chamado Bienal dos Negócios da Agricultura, de 19 a 21.08.09, no Cenarium Rural – Cuiabá-MT, uma promoção da FAMATO – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso. Além dos desafios locais como logística e política agrícola, existem desafios que são comuns a vários países produtores, tais como: sustentabilidade socioambiental, preço dos fertilizantes, insumos, oferta e demanda mundial. Informações: telefone (65) 3928-4421; site www.bienaldaagricultura.com.br e e-mail bienaldaagricultura@famato.org.br

Exposição: O Estado do Rio Grande do Sul sedia um dos mais importantes eventos agropecuários e de maquinário da América Latina. A Expointer 2009, acontecerá no período de 29 de agosto a 6 de setembro, no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio (RS), uma promoção da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio (SEAPPA-RS). Em sua 32ª edição internacional, a Expointer concentrará as últimas novidades da moderna tecnologia agropecuária e agroindustrial, sendo reconhecida como um dos maiores eventos do mundo em seu gênero, evidenciando o potencial do agronegócio do Rio Grande do Sul. Informações: Telefones (51) 3288-6223 / 3228-6225; Site www.expointer.rs.gov.br e e-mail expointer@seapa.rs.gov.br

ALERTA AOS PRODUTORES RURAIS

O pagamento da contribuição sindical rural é obrigatório e, entre as passíveis sanções, está a cobrança judicial

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Começa prazo para Declaração do ITR

Teve início a partir do dia 10 do corrente mês, o prazo para que os proprietários rurais – Pessoas Física e Jurídica – declararem o Imposto Territorial Rural (ITR).

O prazo final para entrega da declaração encerra-se no dia 30 de setembro. As Federações de Agricultura de cada Estado estão à disposição para solução de dúvidas dos produtores rurais. Com a declaração em dia, o proprietário rural pode realizar quaisquer transações, a exemplo de financiamentos, entre outros procedimentos.

A base de cálculo do ITR é o valor da terra sem qualquer tipo de benfeitoria, inclusive as plantações (terranua).

Os contribuintes do imposto podem ser proprietário do imóvel, tanto pessoa física quanto jurídica, titular do seu domínio útil ou ainda seu possuidor a qualquer título.

Ato Declaratório Ambiental - ADA 2009

O que é

Instrumento que permite ao Proprietário Rural considerar as áreas de Preservação Permanente - APP, Reserva Legal, Reserva Particular de Proteção Natural - RPPN, Interesse Ecológico, Servidão Florestal ou Ambiental, áreas cobertas por Floresta Nativa e, ainda, no caso de áreas sob Manejo Florestal ou reflorestamento, como não-tributáveis, para efeito de apuração de ITR. A declaração de tais áreas, quando de fato existentes, cumpridas as formalidades legais (averbação da reserva legal na matrícula do imóvel e declaração do ADA), implica alíquota de ITR de menor valor e, conseqüentemente, também o imposto de menor valor.

Quem declara

Todo proprietário rural que lançou na DITR:

• Áreas de Preservação Permanente; • Áreas de Uso Limitado – Reserva Particular do Patrimônio Natural, reserva legal, esta devidamente averbada; • Áreas de Floresta Nativa; • Áreas de Reflorestamento ou Manejo Florestal Sustentado; • Áreas inundadas por usinas.

Obrigaçã anual

A partir de 2007 a entrega tornou-se obrigatória anualmente.

Como declarar

A declaração deverá ser feita por meio eletrônico. O formulário pode ser obtido acessando-se o site www.ibama.gov.br.

Quem está obrigado a declarar por meio eletrônico

Todos os produtores relacionados no item *Quem Declara*. O pequeno Produtor Rural pode se dirigir ao escritório do Ibama para que este proceda à transmissão do ADA.

Prazo para entrega

Para o ADA – Exercício 2009 o prazo de entrega termina em 30/setembro/09. Após esta data, o Ibama suspende a entrega do ADA.

Onde entregar

O proprietário deverá transmitir via internet (ADAweb).

Recibo/Comprovante de envio

Após enviado o ADA, imprimir o recibo e guardá-lo por dez anos. Neste recibo, consta o número do processo que é gerado no Ibama. Este número deve ser mencionado na Declaração do ITR de 2009.

Base legal

Instrução Normativa Ibama nº 5, de 25/março/09; Lei 9.393/96.

PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural

FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

Senado discute estatuto do produtor

O Senado começou a discutir o Estatuto do Produtor Rural. O texto do Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) promete levantar polêmica com outros setores. A proposta do senador isenta os produtores da responsabilidade por crime ambiental quando não houve sua participação direta, mas obriga-os a recuperar as áreas degradadas em até dez anos.

Também define como infração à ordem econômica o exercício abusivo de poder de mercado por fornecedores de insumos e compradores da produção. E estende aos produtores os direitos do atual Código de Defesa do Consumidor.

Relatora do tema, a Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) pediu cautela nas discussões. Temos o maior interesse em aprovar o estatuto, mas não podemos ter um texto que piore a nossa situação. Por isso, temos que discutir profundamente essa matéria, apelou a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A proposta, em debate na Comissão de Agricultura, fixa em 30 dias o prazo para concessão de crédito rural pelos bancos e proíbe a venda casada de produtos bancários atrelados à concessão de crédito, como seguro rural e títulos de capitalização, por exemplo. Além disso, reafirma o direito do produtor ao preço mínimo, seguro rural e subsídios ao prêmio dessas apólices. Torna gratuito o registro em cartório de contratos de parceria e arrendamento rural. Além disso, determina que toda comunidade rural deve ter ao menos um posto de saúde com enfermeiro e médico em período integral.

O Senador Valadares defendeu o texto como forma de dar ao produtor a garantia de lucro, mas também fixar o dever de cumprir a função social da terra. O estatuto protege o produtor. Com o estatuto, ele terá uma referência mais política e social para a sua atividade, disse. O Senador Gilberto Göellner (DEM-MT) reivindicou segurança jurídica para investir na terra. A forma como se produz hoje gera uma insegurança jurídica muito grande ao produtor, disse.

pequenas NOTAS



Empresas querem que o Brasil assuma metas para redução do efeito estufa: Um grupo de empresas brasileiras pretende influenciar a posição do governo brasileiro nas negociações sobre mudanças climáticas, em especial na conferência de Copenhague, em dezembro. Elas querem que o Brasil assuma metas para a redução de emissão de gases de efeito estufa. O grupo, formalizado em encontro na capital paulista, estudará propostas a serem levadas pelo país à conferência, assim como contribuições das próprias empresas para a redução das emissões. Um documento será entregue em setembro à Presidência da República com o resultado das discussões. O grupo é formado pelas companhias Suzano Papel e Celulose, Light, Rhodia, Shell, Arcelor Mittal, Klabin, Ambev, AES e Brenco e pelas entidades União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa) e Conselho Superior do Agronegócio (Cosag-Fiesp). As empresas querem desconstruir o argumento de que assumir compromissos internacionais com metas é prejudicial à economia do País.



Exportações para o Chile não evoluem: O Chile abriu seu mercado para a carne brasileira *in natura* no final de abril, mas desde então os resultados não têm sido muito representativos. É um mercado que exige qualidade e compra, preferencialmente, cortes do traseiro, sendo uma boa opção para o escoamento da carne brasileira. No entanto, segundo os próprios exportadores, o Chile exige muito pelo que paga pela carne. Enquanto o preço médio da carne *in natura* exportada para a União Européia (outro mercado que exige qualidade e compra, preferencialmente, cortes de traseiro) ficou em US\$4.975/tonelada equivalente carcaça (tec) na média do primeiro semestre de 2009, o preço médio da carne bovina *in natura* para o Chile ficou em US\$2.305/tec no mesmo período. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O preço mais baixo e a mesma exigência de qualidade em relação à União Europeia podem entrar a evolução das exportações para o Chile.



Embrapa faz diagnóstico de doenças online: Depois de dois anos em experiência com diagnóstico de doenças do milho, começa a ser concluída a primeira fase do projeto Diagnose Virtual, um site que possibilita ao produtor rural fazer uma consulta sobre problemas em sua lavoura e receber um diagnóstico *online*, por meio da internet. Desenvolvido pela Embrapa Informática Agropecuária, o *software* está disponível, gratuitamente, no site (<http://diagnose.cnptia.embrapa.br>), e ganhou este mês novas culturas. Além do milho, o agricultor já pode fazer consultas sobre feijão, soja e tomate. E, até o fim do ano, serão liberados os bancos de dados sobre trigo, morango, uva, arroz (sequeiro) e pimentão. "Basta o produtor ter um computador e acesso à internet", diz a pesquisadora Sílvia Massruhá, da Embrapa. Segundo ela, hoje em dia é cada vez maior o número de agricultores que utilizam o computador como ferramenta de trabalho.

Kátia Abreu apresenta balanço de sua gestão na presidência da CNA

A Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Senadora Kátia Abreu, em reunião, na sede da CNA, apresentou um balanço das conquistas obtidas nos primeiros 200 dias de sua gestão no comando da entidade, aos dirigentes do primeiro escalão do setor produtivo brasileiro que integram a Ação Empresarial. Kátia Abreu mostrou que colocou em prática o compromisso sustentado no binômio “Afirmação & Ruptura”, firmado em sua posse na presidência da Confederação. Desde então, uma série de novos projetos entraram em fase de execução, seguindo sempre duas diretrizes principais: a eficiência da gestão da empresa rural e as ações de responsabilidade social.

No grupo das atividades desenvolvidas para aumentar a eficiência da empresa rural, falou sobre o Programa Empreendedor Rural, que encerrará 2009 com dez mil pessoas capacitadas. O programa atende não somente os proprietários rurais, mas também outros segmentos de trabalhadores do campo, como os capatazes das fazendas. A ideia é desenvolver competências empreendedoras para atuação em atividades econômicas, políticas e sociais sustentáveis. A senadora destacou que, ainda em agosto, deve ter início o programa Empreendedor Rural à distância, o que ampliará o atendimento ao público potencial.

Outro destaque citado pela Presidente da CNA é o programa de Inclusão Digital Rural, que vai instalar 500 salas de treinamento nos 500 principais sindicatos rurais do País. A ação tem por objetivo capacitar os produtores ao uso do computador e no acesso à internet, com carga horária de 16 horas por participante. A metodologia de ensino foi desenvolvida para atender especialmente o produtor, o trabalhador rural e suas famílias, para que possam buscar na internet todas as informações que precisam para administrar as suas atividades, a exemplo de preços agrícolas e condições climáticas. São dados que estão disponíveis no Canal do Produtor (www.canaldoprodutor.com.br), lançado em 20 de maio deste ano, com o objetivo de oferecer todas as informações relevantes à atividade agropecuária.

As ações desenvolvidas pela CNA para promover o desenvolvimento da eficiência da empresa rural estão ligadas ao compromisso de “ruptura”, que Kátia Abreu firmou em sua posse. Segundo a senadora, é preciso acabar com preconceitos vigentes contra o setor rural e, paralelamente, promover a capacitação, para que a área rural trabalhe sob as mais modernas técnicas de administração e gestão, o que garantirá retorno econômico ao produtor em sua atividade. “Queremos que o produtor tenha lucro”, disse a Presidente da CNA.

Na área da atuação social, a senadora destacou a realização de ações como o Cadastro Social Rural, que busca identificar ausências do Estado na atenção ao homem do campo. Essas informações alimentarão o Observatório das Desproteções Sociais no Campo. Outro destaque apresentado foi a criação da Escola do Pensamento Agropecuário, que tem por objetivo produzir, difundir e sistematizar o pensamento do setor rural.

Participaram da reunião, líderes como o Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto; o Coordenador-Geral do grupo Ação Empresarial, Jorge Gerdau Johannpeter; o Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Luiz Gil Siuffo Pereira; José Ricardo da Costa Aguiar Alves, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CONSIF); Márcio Fortes, do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças; e Mário Sérgio Lopes, do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS).

ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

Resumo da reunião de 11 de agosto de 2009

Tema: Sistema Estadual de Agricultura – SIDAGRO

Palestrante: Camilo Sobreira de Santana, Secretário do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – SDA

O Sr. Gerado Angelim abriu a reunião justificando a ausência do Dr. Torres de Melo e do Dr. Flávio Saboya, compondo a mesa e convidando o Deputado Hermínio Resende para coordenar os trabalhos da reunião. Passada a palavra ao Sr. Secretário Camilo Santana, este disse da satisfação em comparecer ao Agropacto e iniciou a sua exposição com a apresentação da ADAGRI, informando da sua criação pela Lei 13.496, de 2/7/2004, como autarquia especial qualificada como agência executiva com autonomia administrativa e financeira, para ser a autoridade estadual em sanidade agropecuária vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Agrário. Disse que a estrutura de defesa sanitária da Agência conta com 25 unidades no Estado do Ceará, 54 postos de vigilância zootossanitária e 43 pontos de apoio da SEFAZ, Detran, PRF. Apresentou as ações pactuadas no circuito pecuário NE/2009, tais como: definição da estrutura de defesa sanitária animal

necessária, adequação do quadro de recursos humanos (concurso público em agosto de 2009, para 20 agentes estaduais de defesa agropecuária e 56 fiscais estaduais) conclusão do cadastro, capacitação (749 servidores, 87 produtores rurais), inclusão do sistema e auditorias (interna e externa). Mostrou fotos dos veículos utilizados na fiscalização agropecuária. Passou a apresentar o SIDAGRO, com cadastro realizado em três etapas, cadastro por município e atualização de dados, etc. Sobre a GTA (Guia de Transporte de Animal), disse que era um documento de emissão obrigatória em todo território nacional, que trata da movimentação de animais vivos, com exceção de pequenos animais (cães e gatos), com o objetivo de estabelecer ações de rastreabilidade, prevenção, controle e erradicação das doenças; assegurar o transporte de animais sadios, evitando desta forma a disseminação de doenças no Estado. A GTA teria que ser emitida quando

movimentar os animais do local de origem, inclusive dentro do mesmo município; quando for participar de eventos agropecuários; quando for haver a venda de animais; quando enviar animais para abate; e qualquer outra finalidade que implique em deslocamento de animais. Informou o histórico de emissão de GTA, sendo em janeiro, 110 chegando a julho com 5.240. Mostrou o material de divulgação da campanha GTA (cartilhas, banners, etc) e disse que as equipes de fiscalização realizaram 124 ocorrências volantes (fiscalização de trânsito animal) e 425 (fiscalização de trânsito vegetal) e 56 ocorrências em Blitz (junho e julho); e nos postos de fiscalização zoofitossanitária foram feitas 7.236 fiscalizações (veículos com animais) e 30.503 (veículos com vegetais). Consolidação da vacina por município, a cobertura vacinal em bovídeos está em 85,08% (20 municípios vacinaram 100% e 39 municípios não atingiram 80%), ressaltando que iriam desenvolver ações pós-campanha: identificação dos inadimplentes, (30.441 produtores / 336.784 animais), termo de fiscalização; emissão de auto de infração; autorização da aquisição de vacina; vacinação assistida; lançamento da vacinação no Sidagro. Prosseguiu dizendo que houve a criação e implementação do Fundo de Emergência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – Fundeagro em 26/11/2008, como entidade civil, sem fins lucrativos, aberta à participação de todas as associações civis da agropecuária do Ceará. Disse que o regimento do fundo previa a celebração de convênios, ajustes e acordos com entidades públicas e privadas para captar recursos humanos e financeiros mediante contribuições, doações e subvenções para a manutenção e suporte logístico aos programas sanitários emergenciais e que o Fundeagro estava recebendo contribuições de associações de criadores/produtores. Ressaltou que estava havendo a participação da sociedade, através dos COMUSAS (Comitês Municipais de Sanidade Agropecuária), que eram fóruns relacionados à sanidade agropecuária no âmbito dos municípios do Estado do Ceará, visando estabelecer estruturas de apoio comunitário aos trabalhos de defesa sanitária, promovendo a participação popular e institucional, em todos os níveis, com os objetivos de apoiar e colaborar com a Adagri em todos os aspectos relacionados à sanidade animal e vegetal; participar na definição e metodologia das campanhas sanitárias desenvolvidas pela defesa agropecuária; notificar a ocorrência de enfermidades; zelar pelo cumprimento da lei de sanidade animal e vegetal e demais legislação pertinente. E que no total, existiam 24 COMUSAS, com a implantação de mais 5 até o final do mês de agosto. Finalizou colocando-se à disposição para esclarecimentos no Agropacto, assim como na Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA, Av. Bezerra de Menezes, 1820 – São Gerardo, (85) 3101-8000 - www.sda.ce.gov.br. Passou a palavra ao Sr. Ivanildo M. Júnior, que explicou e demonstrou o Sidagro on line, através da Internet.

Debates

O Coordenador Deputado Hermínio Resende abriu os debates, ressaltando que há o equívoco de um investimento maciço em estrutura física em todas as áreas, desde governos passados, mas não nos recursos humanos, que seria o principal. No primeiro bloco, o Sr. Simplício Alves disse que acompanhou durante muito tempo o sistema apresentado e parabenizou pela apresentação, esperando que seja revertida a situação de risco desconhecido em febre Aftosa. O Sr. Edgar Castelo Branco Júnior perguntou qual seria a sistemática de

atualização dos dados no Sidagro e se hoje eles já estão tendo efetiva representatividade das propriedades. O Sr. Arthur dos Santos Júnior perguntou se havia já uma forma de credenciar parceiros para acesso ao sistema. O palestrante respondeu que o sistema estava numa construção, reconhecendo o esforço de toda a equipe da Secretaria e da Adagri, assim como do Governador, que nada havia negado para a efetivação do que a SDA solicitou; que ainda existem dados que precisam ser corrigidos e alimentados através da GTA, mediante informações dos proprietários, através de campanhas, etc.; que convênio de cooperação era muito importante, porque firmava responsabilidades e compromissos e que o primeiro ponto positivo da reunião seria marcar reunião com o Banco do Brasil e BNB para fechar essa cooperação; No segundo bloco, o Sr. José Trajano lembrou suas palavras no Agropacto de que o Secretário iria fazer uma revolução na agropecuária do Estado do Ceará, o que comprovava através da apresentação. O Sr. João Batista Ponte parabenizou a equipe da SDA perguntou se os dados estavam à disposição das entidades, para pesquisas de modo geral. O Sr. Francisco Zuza disse que algumas atividades como a vigilância sanitária só poderiam ser exercidas pelo Poder Público e qualquer governante tinha que estruturar as instituições para realização desse trabalho, integrando as várias equipes (e o sistema estava de parabéns pela integração que consolidou); como também seria necessária parceria com as secretarias municipais e a criação do sistema municipal de apoio à vigilância sanitária. O Sr. João Nicédio disse que acompanhou os trabalhos da última auditoria e verificou que a mudança nos últimos seis meses era significativa. O Sr. Secretário Camilo Santana respondeu: que os dados que não sejam individualizados estariam à disposição das entidades no site; que antes do concurso precisaram criar o cargo de agente sanitário do Estado e que isso havia sido importante, pois o futuro passava pela questão da defesa sanitária, da rastreabilidade; que uma de suas preocupações eram os matadouros – que só um, de Quixadá, tinha a certificação federal; que há 12 anos o Ceará não registra um caso de Aftosa e ainda assim encontrava-se no *status* de risco desconhecido, mas que para sair desse risco, estabeleceram um prazo até dezembro; agradeceu a oportunidade da apresentação no Agropacto. O Coordenador Deputado Hermínio Resende agradeceu a disposição do Secretário em estar no Agropacto, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

